



Sector é pilar para enfrentar riscos climáticos e fortalecer a economia

No painel “Resiliência e Mercado de Seguros no Contexto Global”, realizado no XIII Fórum de Lisboa, especialistas e autoridades reforçaram a importância do mercado segurador como instrumento estratégico para mitigar os crescentes riscos climáticos, sanitários, cibernéticos e geopolíticos, ao mesmo tempo em que destacaram desafios regulatórios e de educação financeira no Brasil. O debate, mediado pelo senador Laércio Oliveira, evidenciou a necessidade de um ambiente jurídico sólido, maior participação do seguro na economia e o papel do setor na construção de uma economia mais resiliente e sustentável.

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, abriu o painel ressaltando a urgência de estruturar um sistema nacional robusto de seguros contra catástrofes climáticas, diante da intensificação dos eventos extremos, como já acontece em países como México, França e Chile e reforçou a importância de incluir o seguro no planejamento de infraestrutura pública.

“O Brasil deixou de ser apenas um país de baixo risco climático. Hoje enfrentamos, em média, quatro eventos extremos por dia, e grande parte dessas perdas não está segurada. Isso é um alerta claro de que precisamos estruturar urgentemente um sistema nacional de proteção contra catástrofes”, afirmou.

Oliveira também lembrou que a indústria seguradora vai além da indenização: ela contribui para a prevenção de riscos e a construção de soluções mais sustentáveis. Segundo ele, é preciso transformar a atual emergência climática em um “plano de ação” que envolva governos, empresas e cidadãos, tendo o seguro como pilar estratégico da adaptação climática — tema que será levado à COP30 no Brasil.

“O seguro não é só uma ferramenta de indenização. É também um instrumento de prevenção, adaptação e reconstrução — e deve ser um dos pilares do plano de ação que o Brasil precisa construir diante da emergência climática.”

Rafael Furlanetti, presidente da ANCOR e executivo da XP, apontou a baixa penetração do seguro no Brasil, ligada à insuficiente educação financeira. “Seguro é um mitigador de risco e um investimento de longo prazo. Quando a população entende isso, o país ganha em vários aspectos — desde uma maior proteção individual até o fortalecimento da poupança interna, que sustenta projetos e reduz vulnerabilidades econômicas.”

Furlanetti destacou que somente dois em cada dez brasileiros possuem seguro de vida, contra sete em dez nos Estados Unidos, ressaltando o potencial de crescimento do setor.

O diretor jurídico do BNDES, Walter Baere, reforçou a importância do seguro de crédito à exportação para a competitividade brasileira. “Não existe seguro sem sinistro. O que não podemos aceitar é que eventos pontuais sejam usados para destruir uma ferramenta que funcionou bem por décadas, gerou empregos e fez da indústria brasileira uma referência global.”

O executivo do banco estatal defendeu um mercado de seguros maduro, com múltiplos atores, e destacou a necessidade de ampliar o apetite do setor privado, complementado pelo Fundo Garantidor de Exportação, para fortalecer setores estratégicos, como o de engenharia de alta complexidade.

Segurança jurídica e a estabilidade regulatória

Para a diretora jurídica da Bradesco Seguros, Cláudia Heck, a segurança jurídica é imprescindível para o desenvolvimento sustentável do setor. “A formação para o desenvolvimento sustentável exige um ambiente de segurança jurídica, que favoreça decisões de longo prazo essenciais para

enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas.”

Cláudia Heck reforçou o compromisso do setor com a promoção de soluções sustentáveis e antecipou o papel estratégico da Casa do Seguro, iniciativa da CNseg que será realizada durante a COP30, em Belém. Segundo ela, o espaço será um ponto de convergência entre seguradoras, autoridades e sociedade civil, com o objetivo de posicionar o seguro como instrumento central da resiliência climática e da proteção social no Brasil e no mundo.

“A Casa do Seguro será um marco para o setor na COP30, consolidando o seguro como ferramenta essencial para a adaptação climática, a proteção da sociedade e o desenvolvimento sustentável.”

O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Sérgio Domingues, destacou a capacidade de resiliência como competência essencial diante dos riscos crescentes no mundo atual e elogiou a nova Lei 14.430/2022. “Essa lei traz previsibilidade e transparência, dois pilares fundamentais para aumentar a confiança nos agentes econômicos e tornar o ambiente regulatório mais robusto. Não se trata de eliminar os riscos, mas de oferecer clareza sobre o que pode e o que não pode ser feito em um contrato de seguro.”

O ministro chamou atenção para o fato de que 83% dos municípios brasileiros tenham sido afetados por desastres naturais nesta década, ampliando os desafios jurídicos e financeiros para o setor.

O debate reforçou a importância do diálogo contínuo entre governos, setor privado e sociedade para construir um ambiente mais resiliente e sustentável, no Brasil e globalmente, reconhecendo o papel central do seguro como instrumento de proteção social e econômica diante das transformações do século XXI.

Fonte: CNseg, em 03.07.2025.